AVALIAÇÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA

NEIDE CÉLIA PERFEITO[1]

Resumo:

O presente artigo trata dos resultados atingidos na implementação de um plano de ação voltado ao estudo da avaliação escolar, na perspectiva da formação continuada, com foco na postura do professor em sua prática avaliativa. A trajetória percorrida propiciou a construção de uma metodologia de análise da concepção (conteúdo) e da prática (forma) da avaliação da aprendizagem presente na cultura avaliativa, no Projeto Político Pedagógico Escolar e na literatura progressista a cerca do tema. Buscou-se, em última instância, contribuir para a revisão e o aprimoramento do processo avaliativo no âmbito de uma escola da rede pública do estado do Paraná. Não obstante os limites deste trabalho, faz-se fundamental o aprofundamento da compreensão das relações inerentes à avaliação escolar no contexto da organização do trabalho pedagógico, o que revela a necessidade de continuar o estudo, como forma de superação da cultura avaliativa autoritária e classificatória, ferreamente arraigada no contexto escolar, em prejuízo das possibilidades de uma perspectiva transformadora da escola como fator de transformação da própria sociedade.

Palavras-chave: avaliação da aprendizagem, formação continuada, metodologia de análise, concepções de avaliação

Abstract:

This article tries to relate a process of a intervenction, in the perspective of teaching formation, specifically directed to their evaluative conception and practice. The process resoults in a methodology for this analisis, in terms of the schoolar culture, planification and literature about this theme. The main objective was to contribute to revise and apprimorate the evaluation process in a public school of the Paraná State. However a lots of limits, this study evidenciates as fundamental, his aprofundation, in terms of to superate the authoritarism, strongly present in the schoolar context, as a factor to consolidate a progressist concept of school and in fact, of a society.

Key-words: evaluation of the apprenticeship, teaching formation, methodology for analisis, conception the evaluation.

> *"Como professores, educadores, nós temos que estar engajados num palco de luta permanente, que é a luta pela superação que nós mesmos aceitamos. É preciso estarmos abertos constantemente ao novo e ao diferente, para poder crescer e aprender." (Paulo Freire,1996)*

O trabalho em tela foi desenvolvido dentro do Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação do Paraná no período de 2007-08, voltado ao tema da avaliação da aprendizagem em sua relação com a formação continuada dos profissionais da educação com o objetivo de contribuir para a revisão e aprimoramento da prática avaliativa na escola.

Todo o ano de 2007 destinou-se ao aprofundamento das questões teóricas

[1] Pedagoga vinculada ao Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. ncperfeito@terra.com.br

a cerca da avaliação escolar e da formação continuada, por meio da participação em seminários, encontros de orientação, aulas em disciplinas do Curso de graduação em Pedagogia da UFPR, pretendendo a construção de um embasamento teórico que viesse de encontro às necessidades postas pela prática pedagógica e que subsidiasse a formulação de um plano de ação a ser implementado numa escola da rede pública de ensino do estado do Paraná.

A referida escola localiza-se na área urbana, zona norte do município de Curitiba. Conta com vinte professores que atendem quatrocentos e setenta e dois alunos da 2ª fase do Ciclo Básico de Alfabetização à 8ª série. Oferta o nível de Educação Básica, na modalidade de Ensino Fundamental, possuindo três turmas de Ciclo Básico de Alfabetização Continuum de 2ª a 4ª fases (séries iniciais) e onze turmas de 5ª a 8ª séries do II Ciclo do Ensino Fundamental, num espaço de sete salas de aula, quatorze turmas, nos turnos da manhã e tarde. O grupo de profissionais da educação encontra-se subdividido nas seguintes funções: vinte professores, dois auxiliares administrativos, uma secretária, cinco auxiliares de serviços gerais, uma diretora, uma pedagoga e uma coordenadora do CBA, num total de trinta e um funcionários. Diretamente envolvidos na implementação do plano de ação, oito professores e a pedagoga.

Com relação ao perfil sócio-econômico-cultural dos alunos consta em seu Projeto Político Pedagógico que a escola atende os filhos da classe trabalhadora, sendo a maioria de um nível econômico baixo, tomando por base a faixa salarial: 56% dos pais recebem até três salários, sendo que apenas 48% dos pais possuem emprego fixo, 14% estão desempregados e 38% atuam no mercado informal.

Analisando os resultados finais referentes ao desempenho dos alunos, entre os anos de 2003 e 2007, obtiveram-se dados relevantes que apontam alguns alertas e necessidades.

No ano de 2003, o índice de retenção foi de 17% de 5ª à 8ª séries, observando-se 17% na 5ª série, 14% na 6ª série, 19% na 7ª série e 20% na 8ª série. Dos 83% de alunos promovidos, 16% foram aprovados por Conselho de Classe Final.

No ano de 2004, o índice de retenção de 5ª à 8ª série caiu para 7%, sendo

que 13% na 5ª série, 3% na 6ª série, 7% na 7ª série e nenhum repetente na 8ª série. Dos 93% de alunos aprovados, 16% foram aprovados por Conselho de Classe Final.

No ano de 2005, o índice de retenção foi de 10%. Analisando este percentual constata-se que ele está distribuído nas séries da seguinte forma: 19% na 5ª série, 24% na 6ª série, 29% na 7ª série e 9% na 8ª série. Neste ano foi gritante o índice de retenção nas 6ª e 7ª séries. Dos 90% de alunos promovidos para a série seguinte, 15% foram aprovados por Conselho de Classe Final.

No ano de 2006, o índice de retenção aumentou para 19%, observando-se 21% na 5ª série, 17% na 6ª série, 27% na 7ª série e 6% na 8ª série. Dos 81% de alunos, 33% passaram por Conselho de Classe Final.

No ano de 2007 o índice de retenção foi de 15%, sendo assim distribuído: 14% na 5ª série, 12% na 6ª série, 24% na 7ª série e 6% na 8ª série. Dos 85% de alunos, 23% foram aprovados por Conselho de Classe Final.

Após a análise desses dados estatísticos, referentes ao período de 2003 a 2007, constata-se que a Escola ainda possui um alto índice de reprovação, o qual oscila entre 7% e 19%, sendo que num ano ele é maior e no outro é menor, fato esse que precisa ser analisado mais detalhadamente, buscando as possíveis causas dessa oscilação. Além disso, percebe-se que o maior índice de retenção está na 7ª série, mantendo uma porcentagem bem alta nos últimos três anos.

Da análise destes dados junto aos professores emergem interpretações que, por um lado, carecem de aprofundamento teórico e por outro apontam contradições presentes na cultura avaliativa da escola: em sua maioria, alegam que a nota nem sempre corresponde ao grau de aprendizagem do aluno, mas sim, ao nível de sua produção; muitos argumentam que não tem como efetuar uma avaliação efetiva se o aluno não faz as atividades solicitadas, sendo esse um dos entraves do trabalho pedagógico.

Nas discussões ensejadas pelo plano de ação tentou-se aprofundar a compreensão de questões como estas, levantando outras possibilidades de interpretação, como por exemplo, a questão do encaminhamento didático e a reiterada culpabilização do aluno pelas próprias dificuldades.

O ano de 2008 destinou-se à implementação do referido plano como mediação no processo de aprimoramento do trabalho pedagógico escolar pela via da formação continuada em serviço junto aos professores.

A avaliação da aprendizagem escolar tem sido um dos pontos de maior destaque no campo da pesquisa educacional. Muito se têm ampliado as discussões a partir das contradições postas na prática, as quais apelam para a necessidade de mudanças na cultura avaliativa desenvolvida no cotidiano escolar, em especial por sua relação com a questão política do fracasso escolar.

Pela categoria da contradição observa-se a avaliação numa perspectiva de movimento: ao mesmo tempo em que a concepção de avaliação presente no discurso da maior parte dos professores está vinculada à avaliação diagnóstica, percebe-se na prática pedagógica de muitos docentes uma avaliação classificatória.

A avaliação diagnóstica tem por princípio o acompanhamento do desenvolvimento escolar do aluno, como sujeito deste processo que analisa continuamente a aprendizagem, com o objetivo de redimensionar a prática pedagógica, na intenção de garantir qualidade de educação para todos os alunos. Para Luckesi:

> *"a avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio da aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. Se é importante aprender aquilo que se ensina na escola, a função da avaliação será possibilitar ao educador condições de compreensão do estágio em que o aluno se encontra, tendo em vista poder trabalhar com ele para que saia do estágio defasado em que se encontra e possa avançar em termos de conhecimentos necessários. Desse modo, a avaliação não seria tão-somente um instrumento para a aprovação ou reprovação dos alunos, mas sim um instrumento de diagnóstico de sua situação, tendo em vista a definição de encaminhamentos adequados para a sua aprendizagem. Se um aluno está defasado não há que, pura e simplesmente, reprová-lo e mantê-lo nesta situação." (LUCKESI,1995,p.81)*

Contraditoriamente, a concepção de avaliação observada na prática pedagógica de muitos professores na atual organização do trabalho pedagógico é de caráter excludente, na qual o professor avalia para selecionar, classificar e controlar, pressupondo que todos os alunos aprendem da mesma forma,

desconsiderando os fatores que produzem diferentes formas de viver e de aprender Raramente o aluno é efetivamente inserido como sujeito do processo avaliativo. O professor avalia com fins burocráticos, pretendendo quantificar o que o aluno sabe, determinando sua aprovação ou não.

Este tipo de avaliação reforça uma proposta pedagógica inoperante do ponto de vista do significado sócio-político da escola como fator de inclusão. Nestes termos, a avaliação da aprendizagem tem ficado restrita a exames e provas, reproduzindo um quadro de exclusão observado também na sociedade.

Outra necessidade presente no âmbito do sistema estadual de ensino do estado do Paraná é a aproximação da prática avaliativa dos profissionais da educação em relação ao aporte teórico dado à avaliação no processo de formação continuada. Conquanto nestes processos tenha predominado uma abordagem de avaliação inserida no contexto mais amplo do Projeto Político-Pedagógico e da Proposta Curricular, parte-se do pressuposto de que os docentes possuem um domínio teórico das concepções de avaliação que referenciem sua prática, o que, em muitos casos, não ocorre e o trabalho com a avaliação permanece distante das reais necessidades educacionais dos estudantes.

Segundo Ilma Veiga:

> *"a escola exige dos educadores uma vigilância permanente em relação a sua qualificação e atualização na formação continuada, já que uma prática pedagógica consciente e conscientizadora requerem profissionalização (formação adequada e atualização), para que se criem as possibilidades de: compreensão das políticas mais amplas com ingerência nas singularidades locais; estabelecimento de relações; domínio da estrutura básica dos conteúdos escolares que permita ao professor selecionar e abordar adequadamente os conhecimentos mais significativos, organização e condução de projetos pedagógicos contextualizados e conseqüentes." (VEIGA, 1995).*

Investigar a avaliação da aprendizagem no contexto da formação continuada dos profissionais da educação adquire relevância social, na medida em que o ato educativo nasce da prática social ao mesmo tempo em que a direciona. A prática avaliativa é condicionada pelo processo histórico-social, mas dialeticamente também é condicionante desse processo; daí a importância de se desenvolver uma cultura avaliativa comprometida com a perspectiva transformadora.

Este trabalho teve o objetivo de intervir na realidade da escola, pretendendo a construção e implementação de uma metodologia de análise da concepção (conteúdo) e da prática (forma) da avaliação da aprendizagem escolar, buscando consolidar uma cultura avaliativa compatível com as atuais necessidades educacionais do aluno da escola pública, a partir da formação continuada dos professores e pedagogos.

A implementação da proposta de intervenção na escola se deu por meio da articulação, por parte da pedagoga, de um processo de formação continuada, em serviço, dos docentes, incluindo, de forma sistemática, a construção de um sólido referencial teórico, propiciado por palestras, leituras, reflexões e discussões coletivas, visando o desvelamento da cultura avaliativa predominante no interior da referida escola; das variáveis que interferem no processo de ensino e aprendizagem; bem como das possibilidades de superação rumo à prática de uma avaliação emancipadora e libertadora.

Esta fase do plano de ação ocorreu ao longo do primeiro semestre de 2008, durante as horas-atividade dos professores das diferentes disciplinas, reuniões pedagógicas, dias destinados à formação continuada dos profissionais da educação, Conselhos de Classe, compreendendo estes momentos como espaços onde acontece o processo de formação continuada em serviço.

A execução deste trabalho integrou a formação continuada em serviço dos profissionais da educação, subdividido em etapas: quatro horas de palestra na semana de formação continuada, uma hora do Conselho de Classe do 1º trimestre, uma hora da Reunião Pedagógica do 2º trimestre e a utilização de, em média, duas horas-atividade mensais de cada professor, totalizando oito horas-atividade de estudo e discussões.

O trabalho nas horas-atividade seguiu o cronograma por área do conhecimento, porém nem todos os professores envolvidos utilizaram o mesmo número de horas-atividade para essa reflexão. Iniciou-se o trabalho envolvendo oito professores, dois de Língua Portuguesa, dois de Matemática, um de Geografia, dois de História e um de Educação Física, mas nem todos o concluíram, em virtude do afastamento de alguns docentes

A palestra "Avaliação da Aprendizagem numa perspectiva dialética", proferida pela Prof.ª Maria Célia Barbosa Aires - UFPR, especialista em Avaliação Escolar, destinou-se a todos os professores da escola, a equipe pedagógica e Direção. Pontuou aspectos pertinentes da avaliação escolar, trabalhando a função social da escola, a concepção de avaliação numa perspectiva dialética, a presença da avaliação classificatória no interior da escola e as possibilidades de mudança rumo a uma prática avaliativa emancipadora. Observou-se um maior envolvimento dos professores em relação ao tema, discutindo alguns mitos da avaliação escolar, viabilizando uma reflexão sobre a atual prática, suscitando em alguns um interesse maior pelas questões teóricas relativas à avaliação.

A 2ª etapa da implementação ocorreu na hora-atividade dos professores, sendo que para esta etapa alguns utilizaram um número maior de horas-atividade, variando de acordo com o aporte teórico de cada professor. A partir da leitura e discussão do texto "Concepção dialética da avaliação" de Moacir Gadotti, propôs-se a construção de um quadro comparativo das propostas de avaliação da aprendizagem presentes no Projeto Político Pedagógico, no Regimento Escolar e no Plano de Trabalho Docente, analisando a concepção de avaliação presente, as funções da avaliação, a sistematização da prática avaliativa, a concepção de recuperação de estudos e o registro dos resultados das atividades avaliativas.

Nesta etapa realizou-se a discussão sobre a concepção de avaliação posta nos documentos oficiais e a concepção presente na prática do dia-a-dia da escola, analisando os fatores que contribuem para uma aproximação ou para um distanciamento entre ambas. Os avanços variaram de professor para professor. Por vezes, houve necessidade de retomar categorias de análise como neoliberalismo, marxismo, função social da escola e identidade do pedagogo, entre outras. Foram constatadas dificuldades de alguns professores em traçar um paralelo entre os critérios de avaliação presentes em seu Plano de Trabalho Docente e a concepção de avaliação defendida no Projeto Político Pedagógico. Para Gadotti, "refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar, estabelecer objetivos... Daí que os critérios de avaliação que condicionam seus resultados, estejam subordinados às finalidades e objetivos previamente estabelecidos para qualquer prática, seja ela educativa, social, política ou outra." (GADOTTI, 1987)

Parte-se do pressuposto de que a avaliação da aprendizagem é parte integrante do currículo, a partir do qual são definidos os critérios avaliativos que propiciam o acompanhamento do desenvolvimento escolar do aluno. A avaliação, portanto, integra o processo de ensino e de aprendizagem, constituindo-se uma importante ferramenta da ação do educador em sala de aula. Sua dinâmica é complexa e não linear, pois necessita ajustar-se aos percursos individuais de aprendizagem que se dão no coletivo.

A organização do trabalho pedagógico exige clareza acerca dos fins políticos da ação educativa. Todo ato educativo é uma ação politicamente comprometida com algum âmbito de interesse. A definição da direção política da prática pedagógica insere-a no processo de manutenção ou de transformação do sistema vigente. Segundo Gadotti:

> *"Seria ingênuo pensar que a avaliação é apenas um processo técnico. Ela é também uma questão política. Avaliar pode se constituir num exercício autoritário do poder de julgar ou, ao contrário, pode se constituir num processo e num projeto em que avaliador e avaliando buscam e sofrem uma mudança qualitativa. É nessa segunda prática de avaliação que podemos encontrar o que uns chamam de "avaliação emancipadora" e que, eu chamaria de "concepção dialética da avaliação". (GADOTTI, 1987)*

Uma avaliação qualitativa abre espaço para o aluno ser produtor de conhecimento. Nesse processo, a dúvida é estímulo e o erro ganha importância na construção do conhecimento. O professor é mediador do conhecimento acumulado historicamente, zelando para que os alunos cresçam em autonomia. A avaliação, assim, serve para ajudar o aluno a aprender e o professor a ensinar.

A avaliação emancipadora surge como uma forma pedagógica e filosófica de se posicionar dialeticamente num processo crítico. A avaliação, assim, favorece a construção de um saber comprometido com a sociedade que se está construindo.

Vários autores, ao acentuar os aspectos políticos e histórico-sociais da avaliação, propõem a concepção emancipatória dentro de um paradigma dialético, como uma das possíveis e desejáveis práticas avaliativas. Dentre eles encontra-se Pedro Demo que busca caracterizar o compromisso educativo da avaliação escolar e a define como um processo permanente de acompanhamento do aluno. Tendo

como referência o paradigma da comunicação, coloca a “discutibilidade" como critério essencial da cientificidade, que tem a ver com a avaliação, tanto no que diz respeito aos procedimentos que fazem parte da sua lógica intrínseca, quanto no que se refere à apreciação da qualidade.

Para Demo:

> *O aluno que não aprende não pode ser empurrado, mas bem cuidado, de tal forma que possa resgatar suas oportunidades. [...] Cuidar do aluno significa cuidar que aprenda, não apenas que passe de ano. Entende-se, por certo, que este professor possa estar preocupado com o aluno, à medida que já não aceite reprová-lo. Mas isto não pode ser feito às custas da aprendizagem, pois vai coincidir mais propriamente com “descuidar”. (DEMO, 2004, p.28)*

O processo de avaliação é um recurso pedagógico essencial para auxiliar o educador e o educando na busca e construção do conhecimento. Pedro Demo ainda coloca que: “[...] para cuidar da aprendizagem, é preciso avaliar sempre, como rotina escolar. Quem cuida não perde de vista. Avaliação precisa ser “pedagogia”, não instrucionismo. É crucial respeitar a ética da avaliação, em sua lógica e em sua democracia. Acima de tudo está o direito de aprender. (DEMO, 2004, p.80)

A 3ª etapa novamente envolveu todos os professores, durante o Conselho de Classe do 1º trimestre, através da leitura e discussão de uma entrevista de Luckesi sobre a avaliação da aprendizagem escolar, veiculada na Revista Nova Escola em 2006, na qual ele afirma que "a maioria das escolas promove exames, que não são uma prática de avaliação. O ato de examinar é classificatório e seletivo. A avaliação, ao contrário, diagnóstica e inclusiva. Hoje aplicamos instrumentos de qualidade duvidosa: corrigimos provas e contamos os pontos para concluir se o aluno será aprovado ou reprovado." Ainda na mesma entrevista, Luckesi afirma que:

> *"A avaliação é constituída de instrumentos de diagnóstico, que levam a uma intervenção visando à melhoria da aprendizagem. Se ela for obtida, o estudante será sempre aprovado, por ter adquirido os conhecimentos e habilidades necessários. A avaliação é inclusiva porque o estudante vai ser ajudado a dar um passo à frente. Essa concepção político-pedagógica é para todos os alunos e por outro lado é um ato dialógico, que implica necessariamente uma negociação entre o professor e o estudante." (LUCKESI, 2006)*

Por mais que a concepção de avaliação diagnóstica seja a mais condizente com as reais necessidades educacionais dos filhos das classes trabalhadoras, na prática observa-se uma insistência na utilização da avaliação classificatória. Para Luckesi isto ocorre porque os educadores do século XXI são herdeiros do século XVII, afirma que a reprovação é um fenômeno que tem a ver com a ideologia da improdutividade discente, citando outros fatores que contribuem para o fracasso escolar, inclusive os que concernem à relação professor-aluno, pontuando que o insucesso pode estar ligado a má qualidade do instrumento avaliativo, que por vezes induz ao erro. Porém nada suscitou mais polêmica entre os professores do que sua opinião sobre a utilização de notas e conceitos. Para Luckesi,

> *"Notas ou conceitos têm por objetivo registrar os resultados da aprendizagem do aluno por uma determinada escola. Eles expressam o testemunho do educador ou da educadora de que aquele estudante foi acompanhado por ele ou ela na disciplina sob sua responsabilidade. O registro é necessário. Afinal, nossa memória viva não é capaz de reter tantos dados relativos a um estudante, quanto mais de muitos, e por anos a fio. O que ocorreu historicamente é que notas ou conceitos passaram a ser a própria avaliação, o que é uma distorção. Se os registros tiverem por objetivo observar o processo de aprendizagem de cada aluno e sua conseqüente reorientação, eles subsidiam uma avaliação formativa. Mas não se esses registros representarem apenas classificações sucessivas do estudante." (LUCKESI, 2006)*

Após uma longa discussão constatou-se a fragilidade das concepções propaladas no discurso da maioria dos professores em relação à postura que adotam frente à prática avaliativa. A maior parte do corpo docente declarou uma grande resistência em relação à não-reprovação, além de demonstrar certo grau de incongruência conceitual entre avaliação e exames e provas, entre avaliação classificatória e diagnóstica, quanto à emissão de notas e conceitos, em relação à subjetividade da avaliação. Durante a discussão vários mitos da cultura avaliativa vieram à tona e a perspectiva da culpabilização do aluno pela sua não-aprendizagem aparenta ser uma idéia arraigada.

A 4ª etapa foi desenvolvida com os professores durante a hora-atividade, a partir da leitura do texto: "Instrumento de avaliação: a necessidade de conjugar técnica e procedimentos éticos" de Lea Depresbiteris. A partir do estudo do texto

realizou-se a análise dos instrumentos de avaliação utilizados durante o primeiro trimestre, comparando-os com os critérios avaliativos e com a concepção de avaliação defendida pelos docentes.

De acordo com a autora, é fundamental que ao elaborar um instrumento de avaliação, o professor tenha claro: o que, por que e para que avaliar, os critérios de avaliação, o tempo disponível, cuidados para a qualidade do instrumento e como serão usadas as informações obtidas: se serão divulgadas aos alunos com orientações de como melhorar, se servirão para o redimensionamento da prática pedagógica dos docentes e para a organização do trabalho da escola.

> *"Em síntese, a avaliação deve buscar a comprovação da aprendizagem do aluno, mas, sobretudo, o porquê dessa aprendizagem não ter sido realizada. Um instrumento não faz milagres; ele fornece elementos para a análise e interpretação dos resultados, mas precisa ser usado em nome de uma avaliação que, além do julgamento sobre o aluno, interfira na realidade educacional, transformando-a para melhor." (DEPRESBITERIS, 2007)*

A análise dos instrumentos avaliativos, entre eles organização de debates, testes, provas e trabalhos, apontou para o fato de que, na maior parte das vezes, o professor não consegue obter os resultados que almeja através desses instrumentos. Este fato pode estar relacionado com a forma de organização do instrumento, com o conteúdo proposto ou com o uso dos dados obtidos.

Alguns professores elaboram os instrumentos abordando questões de forma diferenciada da utilizada no dia-a-dia, cobram os conhecimentos de forma objetiva, mas exigindo interpretação, compreensão e síntese dos conhecimentos, como por exemplo, a elaboração de quadro-síntese, a resolução de uma questão através de somatória, inclusive utilizando questões retiradas de algum caderno de vestibular, então as dificuldades técnicas contribuem para agravar o quadro, por vezes invibializando a demonstração do domínio do conteúdo. Segundo Vascocellos:

> *"A discussão sobre o instrumento preparado pelo professor tem se revelado um bom caminho de formação em avaliação, uma vez que possibilita a reflexão a respeito do que ele quer (ajuda a clarear as finalidades do ensino) e sobre o que realmente está exigindo dos alunos (se é o essencial, se a formulação está apropriada, etc.)." (VASCONCELLOS, 2003)*

A análise do próprio instrumento de avaliação, buscando observar se o critério pretendido está sendo contemplado, se os dados arrolados expressam o domínio dos conteúdos pretendidos, se as questões abordadas viabilizam a expressão da aprendizagem, oportunizou ricas discussões a respeito da confecção dos instrumentos. A princípio, apenas alguns professores demonstraram dúvidas em como elaborar um instrumento de avaliação, como pontuá-lo e como fazer o levantamento de dados sobre o que os mesmos indicam, mas ao longo do trabalho, pode-se perceber pouco domínio por parte dos mesmos sobre questões técnicas da avaliação.

A 5ª etapa ocorreu durante a Reunião Pedagógica do 2º trimestre, todos os professores receberam o texto: "Os diferentes olhares que compõem a avaliação da aprendizagem", porém poucos o leram, exigindo uma retomada do assunto posteriormente. Este texto está inserido no Objeto de Aprendizagem Colaborativo, material didático elaborado durante o Programa de Desenvolvimento Educacional para edição no Portal da Educação da Secretaria de Educação do Estado do Paraná. No texto, a autora pretendeu abordar diferentes concepções de avaliação da aprendizagem que permeiam o processo pedagógico, cada qual servindo a diferentes concepções de educação e de projeto social. As questões mais discutidas pelos professores foram as ligadas à avaliação diagnóstica e formativa, em contraposição à avaliação classificatória.

De acordo com a autora:

> *"A avaliação numa concepção diagnóstica é compreendida como o contínuo acompanhamento do desempenho escolar do aluno, a fim de detectar seus avanços e suas dificuldades. Carlos Cipriano Luckesi aborda o caráter diagnóstico, contínuo e processual da avaliação da aprendizagem, insistindo na necessidade de qualificar a avaliação não em função dela mesma, mas do fim a que se destina, mostrando que esta, ao conquistar ao longo do tempo, um espaço tão amplo nos processos de ensino, condicionou a prática pedagógica ao que ele chama pedagogia do exame. Discute ainda a relação entre planejamento, avaliação e projeto pedagógico da escola, ressaltando a dimensão política que possuem essas atividades preconizando um trabalho coletivo." (PERFEITO, 2008)*

A concepção de avaliação formativa supõe uma ação do avaliador em direção ao desenvolvimento e crescimento do avaliado. Diversos autores têm

enfocado a avaliação formativa como possibilidade de melhoria do desempenho. O conceito de avaliação formativa se opõe à avaliação somativa enfatizando a importância do processo e não do produto.

Perrenoud define como formativa “toda prática de avaliação contínua que pretenda contribuir para melhorar as aprendizagens em curso, qualquer que seja o quadro e qualquer que seja a extensão concreta da diferenciação do ensino.” (PERRENOUD, 1999, p.78). Desta forma, a avaliação deve centrar-se nas aprendizagens do aluno de forma direta e imediata inserindo-se no processo de ensino e aprendizagem que acontece na escola diariamente, e não em momentos estanques, preparados cuidadosamente para este fim. Neste sentido, ela é contínua, embora nem toda avaliação contínua seja formativa, já que nem todas possuem a finalidade de contribuir para a progressão da aprendizagem.

Discutiu-se também a questão da concepção de avaliação ligada à idéia de fracasso escolar, trabalhada por Maria Teresa Esteban, a qual destaca o erro como fonte de aprendizagem, propondo a construção de uma perspectiva de avaliação voltada ao sucesso escolar, indo além da constatação da não-aprendizagem.

> *"A análise da prática pedagógica mostra claramente que a avaliação como prática construída a partir da classificação das respostas do aluno e alunas em erros ou acertos impede que o processo ensino-aprendizagem incorpore a riqueza presente nas propostas escolares, o que seria valorizar a diversidade de conhecimentos e do processo de sua construção e socialização. A avaliação funciona como instrumento de controle e de limitação das atuações (alunos/professores) no contexto escolar." (ESTEBAN, 2003, p.16)*

O trabalho com o texto veiculado no Objeto de Aprendizagem Colaborativo - OAC viabilizou a reflexão sobre a questão da reprovação, através da análise das idéias de Vitor Paro, que também enfoca a avaliação da aprendizagem no contexto do fracasso escolar, questionando a prática da reprovação, para ele legitimada pelo próprio sistema educativo. Descreve a avaliação como processo permanente e necessário à realização da vida humana em sociedade. Abre caminho para perceber o processo de avaliação – e a correção de rumos dele decorrente – como algo dinâmico que requer uma interação dialética permanente entre os sujeitos nele envolvidos.

Segundo PARO:

> *"Insistir na reprovação como recurso pedagógico é abrir mão de toda riqueza humana e de toda força pedagógica e política que há na afirmação do outro, não na sua negação, é desprezar toda a rica teoria pedagógica desenvolvida historicamente por seus mais qualificados intelectuais. É o acervo teórico e prático que a história põe à disposição dos educadores de hoje que pode propiciar a realização de objetivos educativos que consubstanciem a efetividade administrativa da instituição escolar. Na escola, ser administrativamente conseqüente e pedagogicamente produtivo é lançar mão, com toda radicalidade, das armas pedagógicas de que se dispõe para realizar um ensino de qualidade e efetivar o aprendizado de milhões de crianças que a ele têm direito." (PARO 2003, p.162)*

As atividades previstas para a 6ª etapa foram desenvolvidas parcialmente, apenas alguns professores acessaram o website de Carlos Cipriano Luckesi e o blog de Pedro Demo, ficando como sugestão de acesso para aprofundamento do tema.

Aliado e paralelamente à implementação da proposta na escola, desenvolveu-se um trabalho de formação continuada à distância e em rede, conhecida como GTR - Grupo de Trabalho em Rede, composto por profissionais da educação de todo o estado do Paraná, previamente inscritos pela Secretaria de Estado da Educação (SEED). Pretendeu-se através desta modalidade de formação continuada, a socialização dos conhecimentos apreendidos desde o início do programa, por meio de orientação virtual a, no máximo 37 profissionais por grupo. Ingressaram nesta modalidade de formação continuada 22 professores e/ou pedagogos, dos quais apenas seis concluíram o trabalho. Este quadro está associado às dificuldades de acesso à rede encontradas ao longo do percurso e à falta de domínio tecnológico por boa parte dos professores inscritos. Também é preciso considerar que se trata de proposta inovadora de formação continuada aos profissionais da educação.

Com este grupo desenvolveu-se:

- O aprofundamento teórico sobre as concepções de avaliação da aprendizagem na perspectiva da formação continuada dos profissionais da educação;

- O estudo da concepção de avaliação da aprendizagem presente no Projeto Político Pedagógico das escolas vinculadas ao GTR.

- Análise da vinculação dos aspectos teóricos presentes no Projeto Político-Pedagógico das escolas em que atuam estes pedagogos com a prática avaliativa efetuada pelos docentes das referidas escolas;

- O levantamento das possibilidades de intervenção no interior destas escolas pelos pedagogos inscritos no GTR;

- O acompanhamento da elaboração de material didático, no caso um OAC abordando a avaliação da aprendizagem no contexto de formação continuada em serviço dos profissionais da educação, através de sugestões e críticas.

O presente trabalho permitiu constatar alguns limites e possibilidades da prática avaliativa na construção coletiva de um saber-fazer pedagógico voltado para democratização do conhecimento e das relações pedagógicas, no interior das escolas.

Partindo da premissa de que limites constituem possibilidades ainda não vislumbradas, esta pesquisa evidenciou que um dos limites da cultura avaliativa materializa-se na visão de muitos docentes sobre sua finalidade, compreendendo-a apenas numa perspectiva individual e burocrática, que prioriza a dimensão classificatória, reforçando uma prática avaliativa excludente.

Outro limite levantado pelos docentes para a efetivação de uma prática avaliativa transformadora na escola é o pouco tempo disponível para que o professor pense acerca de seu trabalho, registre os seus avanços e dos alunos, realize pesquisas sobre as causas do baixo índice de aprendizagem, reflita sobre a intencionalidade de seu trabalho, analise as contradições presentes na prática pedagógica e busque possibilidades de enfrentamento ao fracasso escolar.

A avaliação deve ser objeto de profunda investigação por parte dos profissionais da educação; não se restringe apenas à avaliação do aluno, mas diz respeito a toda organização do trabalho pedagógico.

A avaliação não pode ser excludente, mas democrática, favorecendo o desenvolvimento da capacidade do aluno de apropriar-se de conhecimentos

científicos, sociais, culturais e tecnológicos produzidos historicamente. A avaliação da prática pedagógica viabiliza o (re) dimensionamento do próprio trabalho pedagógico, na perspectiva da avaliação formativa. Segundo Villas Boas, colocá-la em prática significa atribuir ao trabalho escolar o papel de contribuir para o desenvolvimento do aluno e do professor. (VILLAS BOAS, 1998, in VEIGA, 1998, p.180).

Ainda constata-se como limite, a ausência contínua do pedagogo junto ao professor durante a hora-atividade, o entendimento de seu papel como articulador do processo de ensino e da aprendizagem enquanto prática de construção coletiva de um Projeto Político-Pedagógico articulado às possibilidades de uma concepção de educação transformadora. Neste sentido, um dos grandes entraves é a falta de professores, fato este que desestrutura toda a organização do trabalho pedagógico da escola.

A organização do trabalho pedagógico analisada pela categoria da contradição, numa perspectiva de movimento, ao mesmo tempo em que se constitui numa atividade intencional mediada pelo desenvolvimento do presente plano de trabalho para a realização dos objetivos postos no contexto escolar, é também uma atividade determinada pelos limites e possibilidades da própria prática educativa, uma vez que a educação é uma das mediações sociais vinculadas à luta pela democratização da sociedade e da educação escolar.

Por outro lado, uma das possibilidades significativas para a conquista de uma possível mudança na prática avaliativa está relacionada com a articulação entre os pedagogos e professores, buscando uma relação dialógica, através do processo de ação-reflexão-ação que supere práticas pedagógicas acríticas e excludentes.

A reflexão coletiva sobre a prática avaliativa e a investigação dessa prática refletida, pressupõe a busca de elementos teóricos que viabilizem sua compreensão e/ou a possibilidade de mudança, que constitui um modo de formação continuada em serviço, uma outra possibilidade para a análise e revisão crítica das práticas avaliativas recorrentes no cotidiano escolar.

Outra possibilidade arrolada foi a utilização da hora-atividade para a

reflexão do trabalho pedagógico desenvolvido na escola. Entre a utopia de educação e a realidade da escola, que ainda se pauta num trabalho fragmentado, desarticulado e dissociado da prática social, há um caminho a ser construído, o que revela a necessidade de uma reflexão permanente sobre a atuação do professor e do aluno. A hora-atividade e as reuniões pedagógicas podem ser usadas para a formação continuada, com leitura e discussão de textos sobre temas pertinentes à educação, constituindo um espaço privilegiado para o resgate do saber de mediação do professor entre os saberes das ciências de referência da disciplina que trabalha e os saberes pedagógicos, o saber-fazer do cotidiano da sala de aula. (VASCONCELLOS, 2006, p.124).

O pedagogo como articulador do processo de ensino e da aprendizagem na perspectiva da organização do trabalho escolar, torna-se um elemento importante para a transformação da prática avaliativa no interior da escola, contribuindo para a construção de uma ação educativa emancipadora de todos os segmentos da comunidade escolar. A ele também tem sido atribuída a responsabilidade de execução de propostas de formação continuada em serviço junto aos demais profissionais da educação, durante as horas-atividade, reuniões pedagógicas, Conselhos de Classe e dias específicos de formação continuada previstos em calendário. Para exercer essa função precisa ter um domínio teórico consistente sobre as questões pedagógicas, organizando o trabalho dentro de uma concepção de educação progressista, comprometida com as necessidades das classes trabalhadoras, indo além do mero conhecimento técnico.

Para Gadotti, “o ato educativo é essencialmente político. O papel do pedagogo é um papel político. Sempre que o pedagogo deixou de “fazer política”, escondido atrás de uma pseudo-neutralidade da educação, estava fazendo, com a sua omissão, a política do mais forte, a política da dominação.” (GADOTTI, 1991, p.09).

A avaliação escolar constitui um dos temas que mais avançou em termos de discurso buscando superar uma abordagem elitista e excludente, mas não logrando romper com o caráter classista e classificatório, intimamente ligado à idéia de controle, numa visão meritocrática, por vezes autoritária. Assim, “a avaliação escolar é, antes de tudo uma questão política, relacionada ao poder, aos objetivos, às

finalidades, aos interesses que estão em jogo no trabalho educativo". (VASCONCELLOS, 1994, p.45).

O que ainda precisa ser feito para que a escola deixe de ser um espaço de reprodução dos interesses das classes dominantes e cumpra sua função social, que é atender às necessidades educacionais das classes trabalhadoras e assegurar a apropriação dos conhecimentos acumulados historicamente a todos?

Entre os muitos desafios da escola pública, destaca-se a necessidade de superação da reprovação escolar e dos baixos níveis de qualidade de aprendizagem na educação básica, o que pressupõe a implementação de políticas públicas fundadas sobre princípios voltados aos interesses educacionais das camadas populares. Dentre estes se destaca, a gestão democrática, como condição para a elaboração, execução e avaliação coletiva do Projeto Político-Pedagógico na escola pública. Transformar a avaliação da aprendizagem numa prática emancipadora, politicamente articulada aos interesses e necessidades do Projeto Político Pedagógico da escola, constitui o desafio que ainda está posto para os docentes, pedagogos e diretores da Rede Estadual de Ensino no estado do Paraná.

Trabalhar a avaliação da aprendizagem relacionada as questões do planejamento constitui uma das necessidades da prática pedagógica. Objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliação são componentes curriculares, os quais requerem decisões que transcendem a natureza técnica e tem implicação nas formas de conceber a sociedade, a escola, o conhecimento. O currículo expressa uma visão ideológica e cultural; ele é produzido historicamente e culturalmente determinado; urge desvelar quais conhecimentos escolares a classe dominante tem utilizado para a manutenção de seus privilégios.

Não obstante os limites deste trabalho, faz-se fundamental o aprofundamento da compreensão das relações inerentes à avaliação escolar no contexto da organização do trabalho pedagógico, o que revela a necessidade de continuar o estudo, como forma de superação da cultura avaliativa autoritária e classificatória, ferreamente arraigada no contexto escolar, em prejuízo das possibilidades de uma perspectiva transformadora da escola como fator de transformação da própria sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AIRES, Maria C. B**. Avaliação da Aprendizagem numa perspectiva dialética**. 19 transparências coloridas (29 x 21 cm). Curitiba, DEPLAE/Educação, UFPR, 2007.

DEMO, P. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda.** Porto Alegre: Mediação, 2004. 87p.

_____ **Avaliação Qualitativa**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.25). 113 p.

DEPRESBITERIS, L. **Instrumentos de avaliação: a necessidade de conjugar técnica e procedimentos éticos.** In: Revista Aprendizagem, Pinhais: Ed. Melo, ano 1, nº.1 - jul/ago, 2007.

ESTEBAN, Maria Teresa. (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos.** 5ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.7-28.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 1ª ed. Coleção Leitura. São Paulo, Paz e Terra, 1996. 165 p.

GADOTTI. M. Prefácio. In: DEMO, P. **Avaliação Qualitativa**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.25). p. 7-11.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 9ª ed. São Paulo, Cortez, 1999. p.180.

_____. **"O objetivo da avaliação é intervir para melhorar"**. *Revista Nova Escola*. São Paulo: Ed. Abril. 2006. p.18-20.

PARO, Vitor H. **Reprovação escolar: renúncia à educação.** 2ª ed. São Paulo, Xamã, 2003. 168 p.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999. p.9-23.

PERFEITO, Neide C. **Os diferentes olhares que compõem a avaliação da aprendizagem**. Objeto de Aprendizagem Colaborativo, Portal da Educação do Paraná, Curitiba, 2008.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. Escola Estadual Maria Pereira Martins – E. F. Secretaria de Estado da Educação. Curitiba: 2006.

SOUZA, Sandra M. Z. L. **Avaliação escolar: constatações e perspectivas**. In: Avaliação: novos paradigmas. Revista da AEC, nº 94, Brasília: DF, 1995, p. 59-67.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 6ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006. p. 124.

_____. **Relação escola-família: da discussão à interação educativa**. Revista da AEC, nº. 93. Brasília, outubro/dezembro, 1994. p. 45.

_____. **Para onde vai o Professor? Resgate do Professor como Sujeito de Transformação.** 10ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2003. 205 p.

VEIGA, Ilma P. A. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 17ª ed. Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico.** Campinas, Papirus, 1995. 192 p.

VEIGA, Ilma P. A. e RESENDE, Lúcia M. G. de (org.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico. 8ª ed. Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico**. Campinas, Papirus, 1998. 200 p.

VILLAS BOAS, B.M. **O projeto político-pedagógico e a avaliação**. In: VEIGA, I. P.;REZENDE, L.M. (org) Escola: Espaço do projeto político-pedagógico. 8ªed. Campinas, Papirus, 1998, p.179-200.

Website de Cipriano Carlos Luckesi. www.luckesi.com.br . Acesso em 08/12/2008.

Website de Pedro Demo. www.pedrodemo.blog.uol.com.br. Acesso em 08/12/2008.